

Repressão da PM à manifestação popular foi criticada em audiência

Assunto:

DIREITOS HUMANOS



Audiência pública - Foto: Bernardo Dias

A atuação da Polícia Militar, no dia 19 de junho, durante manifestação dos moradores das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória foi considerada excessiva e inadequada por participantes de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor na tarde desta terça-feira (25/8). Durante a reunião foram mostradas fotografias das marcas que as balas de borracha disparadas pela Polícia Militar deixaram nos manifestantes, além de terem sido relatadas ações abusivas por parte da PM na repressão a idosos e crianças. O vereador Adriano Ventura (PT), que requereu a audiência, criticou a ação policial contra os manifestantes e declarou seu repúdio à ausência da Polícia Militar na reunião, que não apresentou sua versão dos fatos ao Parlamento Municipal. Convidada a participar, a PM não enviou representante.

Ventura informou que a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor encaminhará ofício à PMMG apresentando o descontentamento com a ausência de representantes da corporação na audiência e cobrando os nomes dos responsáveis pela operação do dia 19 de junho. De acordo com ele, o Legislativo Municipal irá insistir na presença de representantes da corporação nas próximas vezes em que o tema for debatido pela Casa. Além disso, o parlamentar afirmou que a PM será questionada por escrito sobre os procedimentos que serão adotados para punir os policiais acusados de agredir os manifestantes e a respeito das medidas que serão tomadas para coibir novas ações inadequadas. Também manifestaram apoio aos populares e cobraram explicações da corporação os vereadores Leonardo Mattos (PV), presidente da comissão, e Pedro Patrus (PT).

O militante pelo direito às moradia em Minas Gerais, Frei Gilvander, comparou a ação policial do dia 19 de junho à postura das forças policiais durante a ditadura militar. Ao relatar que um carrinho que levava um bebê de oito meses foi atingido por uma bomba de gás lacrimogêneo lançada pela PM, o padre expressou sua indignação com a operação

policial e afirmou que “por milagre” as tropas estaduais não mataram pessoas naquela data. Para o religioso, o que ocorreu na Linha Verde não foi um confronto entre manifestantes e policiais. “Confronto é quando os dois lados praticam violência. (Naquela ocasião,) o povo marchava pacificamente quando foi atacado pela Polícia Militar”.

Frei Gilvander também criticou a decisão do governo estadual de exigir que parte da via pública permaneça liberada para o trânsito de carros durante as manifestações. “Sabemos que só aparece algo na imprensa quando o trânsito é bloqueado, por isso, proibir de trancar a pista é abafar o grito do povo pobre”, afirmou o padre.

Repressão a manifestantes

“Parecia que eu estava no Iraque”. Foi assim que Ariene, que manifestava pelo direito à moradia no dia 19 de junho, definiu a situação que vivera naquela sexta-feira na Linha Verde. Ela conta que, mesmo impedida de respirar gás lacrimogêneo por questões médicas, compareceu à manifestação por acreditar que o evento não fosse despertar reações agressivas da polícia. De acordo com ela, a polícia perseguiu os manifestantes até dentro de um cemitério e de um hospital. “Se isso for referência de polícia, espero que acabem com a polícia”, declarou.

Dona Vilma, de 68 anos, que participava da marcha pela moradia, também relatou que foi agredida pelas forças policiais. A idosa declarou ter sido atingida nas costas por armamento não letal enquanto manifestava pelo direito de permanecer na ocupação.

Secretaria de Direitos Humanos

O secretário estadual de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, disse acreditar que um acordo que garanta a permanência das famílias nas áreas ocupadas “nunca esteve tão próximo”. De acordo com o secretário, o governo Pimentel defende a descriminalização dos movimentos sociais e irá entregar 200 mil moradias populares até o fim de seu mandato. Dirigindo-se aos ocupantes da região Izidora, ele declarou: “você vão ser vitoriosos”.

Nilmário também defendeu o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público e por ouvidorias. Para ele, essas instituições seriam capazes de reduzir os erros durante as ações policiais.

Assista o [vídeo](#) completo da reunião.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 25 Agosto, 2015 - 00:00
